

Dossier: Eleições no Brasil

## **PT versus PSDB**

Renato Janine Ribeiro

A boa política desenvolve-se em torno dos temas da república, da democracia, do socialismo e do liberalismo. O destaque que cada um destes temas tem na agenda política do PT e do PSDB marca a diferença entre os dois principais partidos políticos brasileiros.

As eleições no Brasil marcaram uma mudança significativa na relação entre os dois melhores partidos brasileiros, que são o Partido dos Trabalhadores (PT), que agora alcançou a presidência, e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), que a deixa depois de oito anos no poder. É bom lembrar que após o *impeachment* de Fernando Collor, em 1992, muitos simpatizantes e mesmo membros dos dois partidos quiseram uma aliança entre eles. Por que não foi feita, pertence em parte à *petite histoire*, mas o facto é que, de 1994 para cá, a distância entre os dois partidos aumentou muito. Antes, ambos pertenciam ao arco mais de esquerda das forças anti-ditatoriais. Mas a aliança do PSDB com o PFL, que apoiara a ditadura até um ano antes de seu fim, bem como a adopção de uma política económica vista por muitos como neoliberal, tornou difíceis suas relações. Mesmo assim, o país se beneficiou de ter, estes anos, como cabeças de chapa dos dois lados da política, gente dos melhores partidos, os menos fisiológicos, os mais ideológicos, se podemos usar esse termo no sentido positivo.

Costumo dizer que a boa política de nossos tempos, a que o século XX legou aos tempos presentes, se dá em torno de quatro linhas-mestras, que são os temas da república, da democracia, do socialismo e do liberalismo. Esses ideais são divergentes e às vezes (é o caso dos dois últimos) até mesmo antagónicos, mas não importa: toda boa política, hoje, tem de dosar de algum modo os quatro. (Inversamente, a má política de nossos tempos tem por principais tópicos o totalitarismo e o racismo).

Por democracia devemos entender a ideia grega de que o poder é do povo. Mas entre os gregos, tanto os defensores quanto os detractores da democracia compreendiam por povo *hoi polloi*, a multidão, isto é, os pobres; e por isso os inimigos da democracia viam nela o perigo de que os sem-tudo invejassem os mais ricos. Essa dimensão da democracia – seu apelo à massa que deseja ter, e ser, mais do que tem e é – foi ignorada no Ocidente

quando se ressuscitou esse regime, no século XVIII, cuidadosamente privado do alcance social que tinha já entre os gregos. Mas, se considerarmos cada regime, não tanto em suas instituições, mas no modo como conquista apoio e adesão do povo (isto é, o se virmos não de cima para baixo, mas de baixo para cima), a democracia atrai na medida em que aposta no que hoje podemos chamar a afirmação de si, o desejo de ter e ser. Por isso, a democracia é um regime do desejo, da cidadania como desejo.

Já por república, devemos entender a ideia romana de dar destaque ao bem comum sobre os interesses privados. A defesa da coisa pública prevalece também sobre os desejos: é um regime da contenção, da força de vontade. E por isso, se toda política decente hoje é republicana e democrática, há tensão entre suas duas identidades, porque a massa só a apoia se ela lhe satisfizer desejos – e ela só funciona e subsiste se o espírito da coisa pública levar a uma certa renúncia dos desejos e interesses. Daí, certas dificuldades da política numa época em que, pelo menos no Ocidente, a renúncia ao desejo parece algo que não se pode pedir ao povo. Contrastem o sacrifício de suas vidas que os terroristas de 11 de Setembro fizeram com a mobilização proposta por Bush dias depois e que não só apelava a soldados que não são mais conscritos, porém profissionais (o recrutamento universal está desaparecendo no Ocidente), como pedia à população como um todo, pela primeira vez na história do mundo em tempo de guerra, não que poupasse, mas que consumisse. O consumo é um dos melhores sinais do desejo de ter.

Sustento que o PT expressa, na política brasileira, a vertente democrática, e o PSDB, a republicana. Nessa diferença se dá o seu conflito. O apelo do PT a seus simpatizantes, o que acaba de levá-lo a ser o partido mais votado do Brasil, provém de legitimar seu anseio por igualdade, o que em termos práticos quer dizer que a enorme massa de sem-terra, sem-tecto, sem-emprego vê nele as chances de *ter* mais bens, e de ser mais respeitada. O problema, aqui, é que numa sociedade complexa como a moderna não existe mais um *demos* único, um povo como aquele com quem sonharam os românticos e os marxistas, mas uma série de pequenos *demoi*, de sub-povos. Cada um deles – sem-terra, feministas, gays, desempregados, funcionários públicos, comunidade académica – mobiliza-se com uma intensidade e mesmo organicidade comparáveis às do antigo *demos* grego, mas o problema é que cada um deles é uma parte, e nem mesmo sua soma faz algo que possamos chamar o *povo*.

Já o discurso do PSDB, estes anos em que esteve no governo, era o da governabilidade. Certo dia, quando o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa a funcionários que

reclamavam uma reposição salarial, o presidente Fernando Henrique teria dito: “Eles não pensam no Brasil”. Essa preocupação com o todo, com a res publica, marcou o discurso tucano. Levou-o, porém, a dois problemas cruciais. O primeiro: ele passou a sistematicamente desqualificar a prática democrática realmente existente, isto é, a dos movimentos sociais, os sub-povos de que falei e entre os quais o PT navega como peixe n’água. Uma clara ruptura se inscreveu assim entre o PSDB e os movimentos que são realmente sociais e democráticos, os quais ele denunciou, o tempo todo, como corporativistas. Não fez então o que podia e devia ter feito, e que o PT deverá fazer, isto é, apostar na mobilização popular e procurar melhorá-la: só tentou acabar com ela, desde a greve de petroleiros que iniciou o governo FHC e que este fez questão de quebrar.

Segundo problema tucano: na ausência de apoio dos movimentos sociais de perfil democrático, a racionalidade que ele assumiu como discurso republicano foi a do capital. Os mercados passaram a ser o sujeito mais respeitado nas preocupações economicistas do governo. Só vale a pena notar que nos últimos meses, quando a derrota nas eleições presidenciais parecia se consolidar, até o presidente e o ministro da Fazenda começaram a criticar o mercado, dizendo-o irracional.

Antropomorfizaram-no, chamando-o de nervoso, mas mesmo assim continuavam considerando legítimo acalmá-lo, ainda que a alto custo para o país. O que estou chamando de ponto de vista republicano, à diferença do democrático, alguns ideólogos tucanos preferiram entender, ou subentender, segundo uma linguagem hegeliana. O que denomino *res publica* seria, então, o universal; já os movimentos sociais se condenariam à particularidade. Se quiséssemos usar essa terminologia, o que diríamos é que os tucanos acabaram chamando de universal também uma particularidade, até menos legítima que a das corporações mobilizadas, que é a do capital, em especial financeiro. E terá sido essa a causa de seu fracasso. Ou seja, os temas republicanos ficaram mais no discurso do que na prática. Enquanto o PT, do lado da oposição e em seus governos locais, de modo geral apostou numa real prática democrática (mobilizando os desejantes em torno de seus anseios), o PSDB, nos governos mais poderosos, não chegou a resgatar a política e a sociedade brasileiras da hipoteca do capital financeiro.

É essa diferença que explica o antagonismo de nossos melhores partidos. Muitos de nós lastimamos, desde 1994, que eles ficassem em campos opostos – até porque, se nas eleições federais o centro (o PSDB) se aliava com a direita (o PFL que rompeu com a ditadura bem no final, mas também o PPB dos ditatoriais não arrependidos), no segundo

turno das eleições estaduais e municipais houve muitas vezes a tendência de se repetir o arco de alianças da época da ditadura, isto é, a direita de um lado, o centro e a esquerda de outro. Na eleição para a presidência, na qual o principal tema é a economia, o centro e a direita se uniram desde 1994 em torno de uma agenda liberal, ao passo que nas formas de sociabilidade mais imediatas, visíveis nos planos estadual e municipal, demarcam-se nitidamente as convicções da direita, por um lado, e do centro e da esquerda, por outro.

Por isso mesmo, muitos acreditavam que o ideal para a esquerda era ir comendo o mingau pelas bordas – isto é, eleger mais e mais prefeitos e governadores de Estado, formando uma aliança *on the spot* com o centro, treinando administradores e políticas públicas, para então (em 2006) lançar-se à presidência, partindo de um patamar mais consolidado. Não foi o que aconteceu. A estratégia de Lula deu certo, unindo os descontentes por seus desejos. Aliás, a impressão durante a campanha era que, para tanto, o PT sacrificara seus outros candidatos; vimos que não foi isso o que aconteceu, porque ele terminou por formar a maior bancada federal, por ser o único partido presente em todas as assembleias estaduais e por concorrer com chances razoáveis a vários governos de Estado.

Se podemos fazer prognósticos (podemos, claro; a dúvida é se eles terão algum sentido), serão os seguintes. O grande desafio do PT será totalizar os desejos dos vários sub-povos em que se divide uma sociedade complexa. (Foi a incapacidade do partido para conciliar os desejos dos trabalhadores dos transportes colectivos e os da população que levou o PT a perder a prefeitura de São Paulo para Maluf, em 1992, iniciando oito anos de péssima gestão da direita na maior cidade brasileira). Precisar-se-á postergar a satisfação de desejos, deverá forjar um discurso republicano que, até agora, foi a marca registrada mais do PSDB do que a sua.

Por outro lado, a direita nostálgica da ditadura sofreu um rude golpe, com a derrota de Maluf em S. Paulo, que nem chegou a ir para o segundo turno. Líderes importantes da direita, como ele e o baiano António Carlos Magalhães, desde algum tempo já não têm dimensão nacional, mas apenas estadual. A direita nem teve candidato à presidência, este ano. E tanto no Brasil quanto em seu Estado mais rico, para não dizer em outros, a oposição relevante passou a ser entre PT e PSDB (no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, o PMDB local está mais próximo da seriedade tucana do que do condomínio de interesses regionais em que o grande partido da resistência à ditadura se converteu no país afora).

É claro que isso tende a afastar nossos dois melhores partidos, mas por outro lado fez, e talvez continue fazendo, que os dois lugares principais do espectro político sejam ocupados por lideranças de melhor qualidade que as outras. De passagem, cabe notar que em 2000 alguns comentaristas incluíam o PFL entre os partidos de real perfil ideológico e de forte presença política. Nos dois últimos anos, uma sucessão de trapalhadas levou, primeiro, seu cacique Antônio Carlos Magalhães a perder a influência nacional e, depois, sua governadora do Maranhão, Roseana Sarney, a perder a candidatura à presidência. Mas estas circunstâncias provavelmente não foram causa, mas sintoma, de estar esse partido, liderado por oligarquias regionais, perdendo o pé na política brasileira. Em suma: se não houver desastres econômicos, o que infelizmente depende relativamente pouco de Lula, porque nisso é enorme a influência internacional e especulativa, os próximos anos podem ser muito ricos para a democracia brasileira.